

## 8. Anexos às Demonstrações Financeiras

As notas que a seguir se apresentam decorrem do ponto 2.4 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e a sua exigibilidade está expressa no ponto 2, art.º 6 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na Resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas.

### 8.1. Caracterização da Entidade

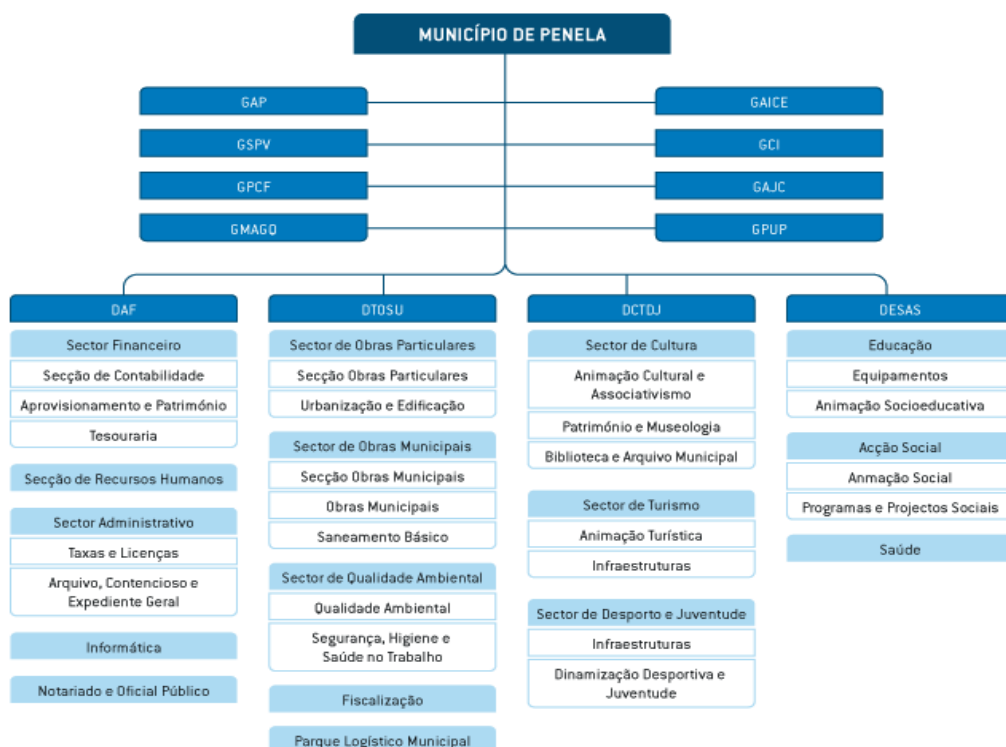
#### 8.1.1. Identificação

Esta autarquia tal como refere o nº 1 e 2º do artigo 235º da Constituição da Republica faz parte da organização democrática do Estado, é um pessoa colectiva territorial dotada de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses da população respectiva. A autarquia está inserida na NUT III, tendo uma população que ronda os 6.594 habitantes. A sede do Município de Penela é na Praça do Município 3230-253 Penela. O Nº de Identificação Fiscal é o 506778037.

#### 8.1.2. Legislação

O Município tem autonomia financeira e administrativa, tal como refere o artigo 3º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro, que estabelece o regime financeiro dos municípios e freguesias.

#### 8.1.3. Estrutura organizacional



#### 8.1.4. Descrição Sumária das Actividades (Ver Relatório de Gestão)

#### 8.1.5. Recursos Humanos (Ver Relatório de Gestão)

#### 8.1.6. Organização Contabilística

Os registos e demais procedimentos são efectuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios do POAL. O sistema informático utilizado é o ERP AIRC2000 – Associação de Informática da Região Centro.

**8.1.7. Outra Informação considerada relevante** – Nada a assinalar.

## **8.2. Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados**

**8.2.1.** O Balanço e Demonstração dos Resultados encontram-se elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2 do POCAL e demais legislação portuguesa, em conformidade com os princípios da continuidade, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

**8.2.2.** Indicação e comentário das contas do Balanço e Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não são comparáveis com os do exercício anterior – não aplicável.

**8.2.3.** Relativamente aos critérios de Valorimetria:

a) Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas - Os bens do imobilizado corpóreo e incorpóreo estão registados ao custo de aquisição. As taxas de amortização que foram aplicadas são as previstas na Portaria Nº 671/2002, de 17 de Abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado. O Método de Amortização adoptado é o das quotas constantes. Os elementos patrimoniais estão sujeitos à amortização correspondente à quota anual no exercício em que entram em funcionamento, independentemente do mês em que ocorre a sua aquisição.

b) Os Investimentos Financeiros - Os Investimentos Financeiros da Autarquia encontram-se valorizados ao seu custo de aquisição.

c) As Existências - As existências são valorizadas ao custo de aquisição que considera o respectivo preço de compra e os gastos suportados directa e indirectamente para colocação do bem no seu estado actual e no local de armazenagem.

d) Acréscimos e diferimentos – De acordo com o princípio da especialização do exercício:

- São contabilizados como custo do exercício:
  - As remunerações referentes a 2010 a pagar em 2011, incluindo férias e subsidio de férias e respectivos encargos;
  - Outros custos e perdas operacionais (Electricidade, Comunicações, seguros e outros custos diversos) a reconhecer no exercício, referentes a 2010;
  - Os encargos financeiros da prestação dos empréstimos de médio e longo prazo vencida em 2011, na parte respeitante a 2010.
- São contabilizados como proveitos no exercício seguinte:
  - Os subsídios para investimento a activos movimentados numa base sistemática para a conta 7983 – Proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de capital à medida que se vão sendo contabilizadas as amortizações do exercício.
- São reconhecidos como custos do exercício seguinte:
  - Os custos com seguros cujo período abrange o ano económico de 2010 e 2011.
- São reconhecidos como proveitos do exercício:
  - O IMI referente ao ano de 2010 que só será recebido em 2011.

**8.2.4.** Cotações utilizadas para a conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração dos resultados originariamente em moeda estrangeira - Não existem situações desta natureza.

**8.2.5.** Situações em que o resultado do exercício foi afectado - Não ocorreram situações, nomeadamente utilização de critérios de valorimetria diferentes dos previstos no capítulo 4 do POCAL, por amortizações do activo imobilizado superiores às adequadas, por provisões extraordinárias respeitantes ao activo que afectassem o resultado líquido do exercício.

**8.2.6.** Despesas de Investigação e Desenvolvimento - Não existem situações desta natureza.

**8.2.7.** Os Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões estão de acordo com os quadros anexos. De referir que foi efectuado o reforço das

provisões para cobrança duvidosa para fazer face às dívidas de clientes, contribuintes e Utentes de facturas que se encontram em mora há mais de 6 meses.

Foi constituída uma provisão para investimentos financeiros relativamente à CoimbraVita ADR, SA uma vez que não foi possível apurar qual o valor contabilístico da participação.

Foi ainda constituído um reforço da provisão referente à WRC – Web para a Região Centro, SA uma vez que o valor contabilístico é inferior ao valor de aquisição da participação.

Entidade Participada	Valor de aquisição	Capitais próprios	%	Valor contabilístico	Provisão Constituída	Provisão Anterior	Provisão a Constituir
WRC - Web para a Região Centro SA	2.500,00 €	703.317,46 €	0,18%	1.289,78 €	1.210,22 €	1.174,90 €	-35,32 €
CoimbraVita - ADR, SA	2.493,99 €		0,37				-2.493,99 €

#### 8.2.8. Mapa Resumo Patrimonial dos Bens Inventariados (ver mapa em anexo)

8.2.9. Não foram capitalizados neste período os custos incorridos no exercício relativos a empréstimos.

8.2.10. Não foram efectuadas quaisquer reavaliações do activo imobilizado no período económico em causa.

8.2.11. Como não foram efectuadas reavaliações não foi elaborado o quadro discriminativo destas.

8.2.12. Imobilizações Corpóreas e em curso (ver mapa em anexo)

8.2.13. Bens utilizados em regime de locação financeira

Bem	Valor Aquisição	Valor Actualizado
Viatura Ford Focus	19.800,00 €	9.452,42 €
Viatura Renault Master	28.532,21 €	21.173,52 €
Viatura Iveco RSU	67.394,00 €	53.884,87 €
Viatura Citroen Jumpy	19.283,33 €	16.212,63 €
Rectroescavadora JCB	63.527,70 €	50.822,16 €

8.2.14. Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar (Ver mapa em anexo – Bens sem valor)  
 Aquando da inventariação inicial existem determinados bens que constituem património do município que não foram avaliados por se tratar de bens com elevada antiguidade e não se conseguir apurar qual o seu valor de aquisição.

8.2.15. Os bens de domínio público que não são objecto de amortização são os terrenos contabilizados na conta 451 – “Terrenos e recursos naturais” dado que de acordo com o art.º 36 do cadastro e inventário dos bens do estado (CIBE) não são objecto de amortização.

8.2.16. Designação e sede das entidades participadas

Entidade Participada	Sede	Parcela Participação		Capitais Próprios	Resultado Líquido 31/12/2009
		Valor	%		
Águas do Mondego, SA	Coimbra	121.536,00 €	0,66	19.398.742,00 €	962.747,00 €
Cesab - Centro Serviços do Ambiente	Mealhada	22.500,00 €	3,01	1.129.569,46 €	41.743,60 €
CoimbraVita - ADR, SA	Coimbra	2.493,99 €	0,37	*	*
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, SA	Coimbra	8.441,66 €	0,21	14.641.697,00 €	1.182.741,00 €
SicóFormação, SA	Ansião	156.000,00 €	26	2.380.840,68 €	288.572,67 €
WRC - Web para a Região Centro SA	Curia	2.500,00 €	0,18	703.317,46 €	-92.516,51 €
IPN - Instituto Pedro Nunes	Coimbra	2.500,00 €	0,33	765.000,00 €	167.632,65 €

\* Até à data de realização do relatório não obtivemos informações contabilísticas da empresa CoimbraVita ADR, SA

8.2.17. O município não tem Títulos Negociáveis nem Outras Aplicações de Tesouraria.

**8.2.18.** O Município não tem Outras Aplicações Financeiras.

**8.2.19.** Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado - Não existem situações desta natureza.

**8.2.20.** Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado - Não existem situações desta natureza.

**8.2.21.** Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante respeitante às quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor - Não existem situações desta natureza.

**8.2.22.** Valor Global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas nas rubricas de dívidas a terceiros (ver mapa em anexo – Balanço)

**8.2.23.** Valor Global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local - Não existem situações desta natureza.

**8.2.24.** Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade - Não existem situações desta natureza.

**8.2.25.** Discriminação das dívidas incluídas na conta Estado e Outros Entes Públicos - (Ver mapa em anexo)

**8.2.26.** Responsabilidades, por garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança - (Ver mapa em anexo)

**8.2.27.** Desdobramento das contas de provisões acumuladas - (Ver mapa em anexo)

**8.2.28.** Os movimentos efectuados nas contas da classe 5 foram os resultantes da transferência do resultado líquido de 2009 para resultados transitados.

**8.2.29.** Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas - (ver mapa em anexo)

**8.2.30.** Demonstração da Variação da Produção - (ver mapa em anexo)

**8.2.31.** Demonstração Resultados Financeiros - (ver mapa em anexo)

**8.2.32.** Demonstração dos Resultados Extraordinários - (ver mapa em anexo)

### **8.3. Notas Sobre o Processo Orçamental e Respectiva Execução**

#### **8.3.1. Orçamento**

**8.3.1.1.** Mapa Controlo Orçamental da Despesa (ver mapa em anexo)

**8.3.1.2.** Mapa Controlo Orçamental da Receita (ver mapa em anexo)

**8.3.1.3.** Mapa dos Fluxos de Caixa (ver mapa em anexo)

**8.3.1.4.** Mapa das Contas Operações de Tesouraria (ver mapa em anexo)

#### **8.3.2. Opções Plano**

**8.3.2.1.** Mapa da Execução Anual das Grandes Opções do Plano (ver mapa em anexo)

**8.3.2.2.** Mapa da Execução Anual do Plano Plurianual Investimentos (ver mapa em anexo)

**8.3.2.3.** Mapa da Execução Anual das Actividades Mais Relevantes (ver mapa em anexo)

**8.3.3.** Contratação Administrativa – Situação Contratos (ver mapa em anexo)

**8.3.4.** Transferências e Subsídios

**8.3.4.1.** Transferências Correntes Despesas (ver mapa em anexo)

**8.3.4.2.** Transferências de Capital Despesas (ver mapa em anexo)

**8.3.4.3.** Subsídios Concedidos (ver mapa em anexo)

**8.3.4.4.** Relação das importâncias recebidas do estado e outras entidades públicas (ver mapa em anexo)

**8.3.5.** Aplicações em activos de rendimento fixo e variável (Ver mapa em anexo)

**8.3.6.** Endividamento

**8.3.6.1.** Empréstimos (ver mapa em anexo)

**8.3.6.2.** Outras Dívidas a Terceiros (ver mapa em anexo)

**8.3.6.3.** Capacidade Legal de Endividamento (Ver Relatório de Gestão)